

FACULDADE MACIÇO DE BATURITÉ
ROZEÂNGELA MARIA PAIVA CUNHA

ACESSIBILIDADE NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ

MACAU-RN, 2019

ROZEÂNGELA MARIA PAIVA CUNHA

ACESSIBILIDADE NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ

Trabalho de pesquisa no curso Atendimento Especializado Educacional-AEE, da Faculdade Maciço de Baturité como pré-requisito para obtenção de nota dentro da disciplina de inclusão.

Macau-RN, 2019

RESUMO

O presente artigo trata da importância da acessibilidade, enquanto meio indispensável à concretização da promoção da inclusão social, cumprindo a função social do direito exigido. Lei que possibilita a acessibilidade e a educação: um direito constitucional como base para um direito social da pessoa com deficiência, este acesso dentro da cidade de Guamaré nas escolas municipais, garantindo a efetivação da cidadania.

Tem como objetivo discutir e refletir a acessibilidade, em virtude de sua necessidade para assegurar a efetivação do exercício do direito, ninguém nega que o ensino público seja o alicerce da democracia e a base fundamental para superação das desigualdades sociais. Portanto, perceber que o projeto de espaços propostos ao ensino necessite admitir o livre acesso de todos os segmentos das modalidades de ensino dentro de uma sociedade, em quaisquer níveis de aprendizado. Abordamos que esses acessos devem ser significativos possibilitando assim a população chegarem à escola, mas também, a cancelamento de quaisquer barreiras físicas e sociais das pessoas com deficiência (sensorial, física e mental, temporária ou permanente).

PALAVRAS-CHAVES:

Necessidades especiais, escola, acessibilidade, alunos.

SUMMARY

This article deals with the importance of accessibility, as an indispensable means for the promotion of social inclusion, fulfilling the social function of the required right. Law that enables accessibility and education: a constitutional right as the basis for a social right of people with disabilities, this access within the city of Guamaré in municipal schools, ensuring the realization of citizenship.

Aims to discuss and reflect accessibility, because of its need to ensure the exercise of the right, no one denies that public education is the foundation of democracy and the fundamental basis for overcoming social inequalities. Therefore, to realize that the design of spaces proposed for teaching needs to allow free access to all segments of teaching modalities within a society, at any learning level. We approach that these accesses must be significant, thus enabling the population to reach the school, but also, the cancellation of any physical and social barriers of people with disabilities (sensory, physical and mental, temporary or permanent).

KEYWORDS:

Special needs, school, accessibility, student.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	06
ACESSIBILIDADE NAS ESCOLAS.....	10
CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO.....	12
OBJETIVO.....	13
POPULAÇÃO E AMOSTRA DOS RESULTADOS OBTIDOS COM ESSA PESQUISA.....	13
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	16
REFERÊNCIAS.....	18

INTRODUÇÃO

A pesquisa realizada dentro das escolas do município de Guamaré e um estudo teórico baseado em estudiosos com base para compreensão do que seria **ACESSIBILIDADE NAS ESCOLAS DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ** e suas contribuições, pelo decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, regulamentando as Leis nos 10.048, de 8 de novembro de 2000 e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, com a consistência do aumento da população nas áreas urbanas, explodindo um crescimento cada vez maior dos educando portadores de necessidades especiais, tornou-se necessária a montagem de medidas consistentes com vistas assegurar estruturalmente os espaços escolares adequando-os para superação das necessidades apresentadas, possibilitar a inclusão social, sob pena de aperfeiçoar e acontecer aprendizagem e desenvolvimentos nos aspectos: intelectual, motor e social.

O artigo mostrará contribuições para táticas de superação das desigualdades sociais sofridas diante das crianças que possuem alguma de necessidades especiais, os estudos teóricos foram consultados; BERSCH & TONOLLI 2006, PORTUGAL 2007, MORAES, 2007,

As pessoas com deficiência dependentes de serem cadeirantes, deficientes visuais ou auditivos etc., nos espaços de ensino público fundamental ou em qualquer outra modalidade de ensino. Percebemos que, quando um aluno for impedido de entrar numa sala de aula por uma simples existência de uma barreira, as funções sociais do setor de ensino estarão imediatamente sendo em contratempo diante desse aluno, impedido do mesmo o acesso a inclusão no ensino regular.

Serão mostradas as análises dos resultados da pesquisa com pais dos alunos inseridos em buscar de educação com parâmetros de qualidade, visando a inclusão social e espacial de pessoas com deficiência ao iniciarmos os estudos sobre espaços das modalidades ensinos, dentro do anexo encontraremos uma pequena amostra de fotos de registros da pesquisa realizado nas instituições de ensino, depoimento de conversas informais dos

mães de alunos com necessidades especiais, sendo portanto preservados os nomes das mesmas, nestas conversas com profissionais na área da educação inclusiva em relação instrumentos pedagógicos (recursos) utilizados com essas crianças, as bases conceituais que seus filhos recebem nas escolas e metodologias utilizadas, no decorrer da pesquisa foi diagnosticada que o livre acesso aos espaços ainda existiam escolar necessitando uma estrutura melhor para os alunos transitarem com facilidades no locais como:banheiros,rapas de acesso de salas de aulas e outros locais aos cadeirantes, como também cadeiras de rodas para se locomoverem, barras nas escadas etc, algumas escolas do município de Guamaré é condicionada no oferecimento de dar conduções dos alunos irem e virem sozinhos sem precisar de condutores para levarem os mesmos para onde desejam, constatado que as metodologias utilizadas em salas de aulas do ensino regular e do AEE(atendimento educacional especializado)possuíam materiais didáticos e profissionais com o perfil demonstrando conhecimentos na área, cuidadores com intuito de ajudar quando necessário,

A metodologia da pesquisa considerou as seguintes etapas:

- a) Levantamento de bibliografia específica em livro e artigos online.
- b) Estudo das especificidades espaciais e das barreiras para deficientes com diferentes especialidades.
- c) conversas informais com a família dos alunos (mães).
- d) Observação dos espaços escolares.
- E) conversas informais com professores da sala do AEE e demais funcionários das referentes instituições.
- f) Análise e resultados dos dados obtidos.

No sentido, que atual com função da introdução de uma sociedade na inclusão social é conduzir socialmente e intelectual diante de vários aspectos os indivíduos portadores de deficiências especiais, levando em conta as suas peculiaridades, precisando ser ainda revistos em algumas escolasnas:estruturas físicas e conceituais, todas as escolas públicas ou particulares é de suma importância praticar organização de ambientes escolares adequados a acessibilidades, considerando a participação da população no planejamento do envolver os alunos na inclusão social e escolar,

sendo organizados em vincular os desenvolvimentos: físico. Cognitivo e motor, assegurando pelos os direitos e as leis que regem a educação inclusiva.

Nesse contexto, veio a avaliação de acessibilidade que segundo o art. 2º da lei nº10.098/2000:

Art. 2o Para os fins desta Lei são estabelecidas as seguintes definições: I – acessibilidade: possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida. (BRASIL, 2000). (grifo nosso).

Seguido essa lei deve ser estabelecida a acessibilidade oferecendo possibilidade de aceitação ao portador de necessidade especial, proporcionando a ele condições de: autonomia, espaços adequados, mobiliária adequadas, salas de AEE, segurança, equipamentos para uso dos alunos e principalmente professores qualificados com visão de levar esses alunos ao patamar da superação das suas deficiências. Compreendermos que o grande dilema do serviço público é, principalmente, a falta de, e sua manutenção.

Assim também acontecer com a educação pública, onde a melhoria da qualidade dos serviços oferecidos depende em muitas vezes de recursos financeiros oferecidos pelo poder público de uma cidade, que dificilmente chegam consegue suprir as demandas e, quando chegam, são repartidos com muitas escolas, tendo a finalidade de dar um pouco de condições aquela que precisa e oferecer um bom funcionamento. É conhecido que as escolas, enquanto ambiente de ensino, tem como premissa condicionar uma inclusão como forma de socializar e de educa os que necessitam desses cuidados.

Neste sentido devemos ter uma visão de que, os alunos, precisam ser compreendidos como parte de um conjunto de indivíduos que são capazes de chegar aos seus objetivos, enfrentando de cabeça erguida as mais variadas barreiras no decorrer desse processo de seu desenvolvimento.

No pensamento das discriminações existentes nas escolas em se falando da inclusão social, há uma discussão muito grande referente, ou seja, a escola enquanto espaço educativo também é ambiente de segregação de criação, valores, condição física, cognitiva e motoras de indivíduos. Às escolas que deveria incluir e socializar e a todo momentos ser responsável em

desmificar o processo de discriminação e rejeição por portadores de qualquer deficiência. Para um aluno com deficiência física a questão se torna ainda mais complicada, uma vez que, além de sofrer com a rejeição dos outros alunos, principalmente nos momentos de lazer e brincadeiras, os obstáculos impostas pelo ambiente se constituem impedimentos por demais árduos para serem enfrentadas. As dificuldades de acesso e permanência desses alunos com deficiência nas escolas públicas da maioria das cidades tem sido uma questão debatida há algum tempo. Observam-se condições impróprias de acessibilidade nas questões estruturas física impossibilitando, assim, o fácil acesso por todos.

Decreto nº 5.296, de 2/12/04, art. 24, afirma que:

“Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos [acessibilidade arquitetônica] para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, bibliotecas, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários.” (Decreto nº 5.296, de 2/12/04, art. 24)

Quando falamos de acessibilidade, nos estabelecimentos de ensino de qualquer nível, sendo as pessoas portadoras de qualquer deficiência possa esta de fato inserida em escolas públicas, devem ser indicar um ambiente favorável para esse acesso. Muitos acreditam tratarmos somente dos recursos “típicos” para pessoas com deficiência, mas na realidade é qualquer coisa que remita discriminação, desrespeito entre outros em fim é uma conjuntos de coisas que precisam se revisados. Contudo, a acessibilidade da acessibilidade especializada é uma das mais forçadas dentro da pesquisa.

Temos a acessibilidade universal se caracteriza por soluções ergonômicas (simples, mecanizadas ou informatizadas) para se criar ambientes que sirvam de base para o benefício de todas as pessoas. Já a especializada nas deficiências é voltada para pessoas com deficiência e acontecer soluções que devem ser comuns no uso do ambiente, pensadas para atender características peculiares. Desse modo, é alcançada pelo modo particular de cada um, tentando se resolver uma questão podendo servir como mencionar uma solução-padrão.

A acessibilidade especializada transforma ambientes de modo personalizado e diferenciado e assegura, assim, respostas mais eficazes para problemas individuais, utilizados nas construções: Rampa, piso tátil, barra de apoio, banheiros adaptados, Portas largas entre outros, com uma visão facilitar e melhorar o convívio e a mobilização.

ACESSIBILIDADE NAS ESCOLAS

A palavra “acessibilidade” vem sendo vinculada, muitas vezes, aos aspectos da arquitetura da inclusão das pessoas com deficiência, como a construção de rampas, a ampliação de portas, os banheiros adaptados (figura 1) etc. No entanto, esse conceito é bem mais amplo, podendo abranger desde a habilidade de se comunicar-se até a forma com que nos colocamos frente às diferenças das atitudes. Se o Ministério da Educação tem feito um grande investimento para garantir a acessibilidades para os alunos dentro das escolas municipais, estaduais e federais, como também dos mobiliários, recursos e materiais didáticos entre outras coisas, pode ser que facilitar para os gestores educacionais e professores. Sobre como os materiais didáticos devem ser disponibilizados para garantir que qualquer estudante possa deles desfrutar, independente de presença de uma deficiência.



Figura 1: Banheiro adaptado
Autoria própria

Decreto nº 3.298, de 20/12/99, art. 24, § 5º, nos mostrar que;

“Quando da construção e reforma de estabelecimentos de ensino deverá ser observado o atendimento às normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT relativas à acessibilidade [acessibilidade arquitetônica e comunicacional].” (Decreto nº 3.298, de 20/12/99, art. 24, § 5º).

A acessibilidade de uma com virtude em uma Educação Especial inclusiva deve alcançar do atendimento, normas, técnicas associadas na Associação Brasileira de Normas Técnicas, para pode ser de fato um ensino pautado na inclusão escola. Em normas técnicas de acessibilidade no Brasil e em legislação específica, as definições oficiais se confundem e perturbam a compreensão por todos. Há constantes referências de acessibilidade especializada como acessibilidade universal e de ajudas técnicas enquanto tecnologia assistiva. Empurrar uma pessoa em cadeira de rodas mesmo quando ela não solicita essa ação, por exemplo, é transformar tecnologia assistiva em ajuda técnica. Outro exemplo: instalar elevadores para uso exclusivo de certas pessoas e mantê-lo trancado quando elas não estão presentes significa tratar a acessibilidade universal como especializada. Ainda mais, indicar a existência de funcionários treinados para acionar tal equipamento e conduzir pessoas com deficiência é transformar a experiência de acesso ao edifício e de uso do elevador em ajuda técnica.

Educação Especial também, a interação dos alunos com as pessoas que realizam seu transporte é essencial para construir uma boa relação entre eles e a escola. Por isso investe em formação para os motoristas, os monitores e os cuidadores que acompanham os estudantes, há necessidades de treinamento junto às próprias monitoras e podem ser resolvidas com cursos ou com reuniões promovidas com a equipe multidisciplinar e de libras, quando ocorre o surgimento de portado de surdez, para que os funcionários possam se comunicarem com os alunos surdos. Disponibilizar nos ambientes de interesse social e comunitário muitas vezes não oferecem condições satisfatórias de acessibilidade. Para pessoas com deficiência precisas construção de locais verdadeiramente acessíveis, onde enfrentaram de frente oposições dos obstáculos encontrados, em adicionar esforços para essa transformação dessa deficiência, principalmente por parte dos responsáveis pela criação, operação e

manutenção desses espaços. Em uma sociedade com raros espaços corretamente construídos, são poucos os que percebem o potencial dessas pessoas em serem bem-sucedidas pessoalmente, socialmente ou profissionalmente.

Quando pensamos em acessibilidade na escola significa garantir espaços que apresentam condições de acesso a todas as pessoas, independente de suas habilidades individuais. O acesso aos lugares públicos é um direito de qualquer cidadão (figura 2). Todos têm direito de viver livremente como consta no artigo 5º da Constituição Federal (1988). Os aspectos arquitetônicos são os primeiros aparecem em nossas mentes, no entanto, a condição que garante o acesso sem barreiras a ambientes, materiais, profissionais na área da inclusão, serviços e informações para qualquer pessoa vai muito além.

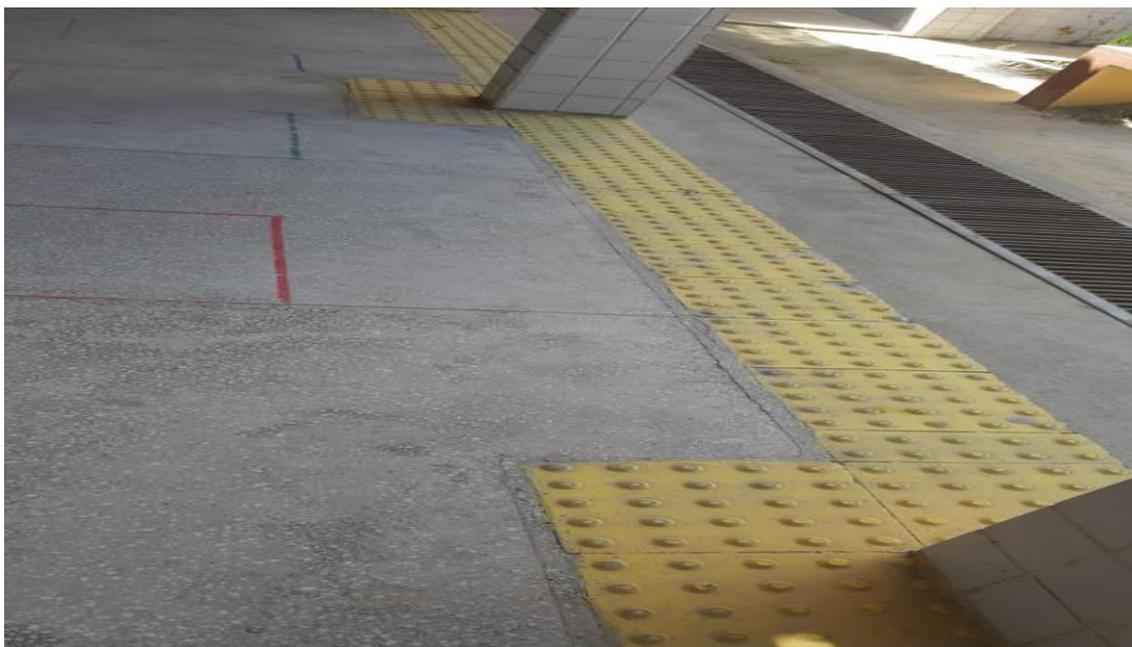


Figura 2: Área de circulação acessível.
Autoria própria.

CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA DE CAMPO.

Partimos da pesquisa alguns estudos de análises das estruturas físicas das escolas do município de Guamaré, observações e conversas informais em relações ao conteúdo em pauta, para ser diagnosticado os resultados.

OBJETIVO

Promoção em avaliar da seriedade da acessibilidade nas escolas do município de Guamaré, como elemento facilitador ao acesso ao ensino regular, aprendizagens e os desenvolvimentos: cognitivos, sociais e motores dos portadores de algumas necessidades especiais.

POPULAÇÃO E AMOSTRA DOS RESULTADOS OBTIDOS COM ESSA PESQUISA.

Este estudo foi realizado por meio de uma pesquisa de campo com família (mães) professores da rede pública no município de Guamaré - RN, levando as teorias para os estudos no assunto para obtenção das análises de resultado referentes acessibilidades nas escolas.

Foi empregado um estudo teórico, dos estudiosos citados neste artigo científico que acreditam na acessibilidades nas escolas públicas e a inclusão social como organismo para ocorre um desenvolvimento cognitivo, social e motor dos educandos com necessidades especiais, para a obtenção para garantir os resultados, realizado conversas informais com mães e como os professores das salas regular de ensino e AEE.

Os professores e as mães, participantes das conversas um número aproximadamente de dez participantes (10), tendo mais ou menos a as idades variáveis entre (20 anos a 45 anos) idades cronológicas de vinte anos a quarenta e cinco anos.

ANÁLISE DE RESULTADOS.

Constatamos que o estudo da pesquisa de campo força enorme, foi arquitetado perguntas em relação ao assunto, lançando oportunidade de cada participante expor suas opiniões e angustias sobre como seria a estrutura escolar física adequada para acontecer uma inclusão social diante dos seus filhos e quais possibilidades teriam para garantir os desenvolvimentos necessários o acesso a escolar regular, as conversas informais junto as mães

de crianças buscam uma educação com parâmetros de qualidade, visando a inclusão social e espacial de pessoas com deficiência, no decorrer da pesquisa foi diagnosticada que: o livre acesso aos espaços ainda existiam escolar necessitando uma estrutura melhor para algumas escolas (figura 3).

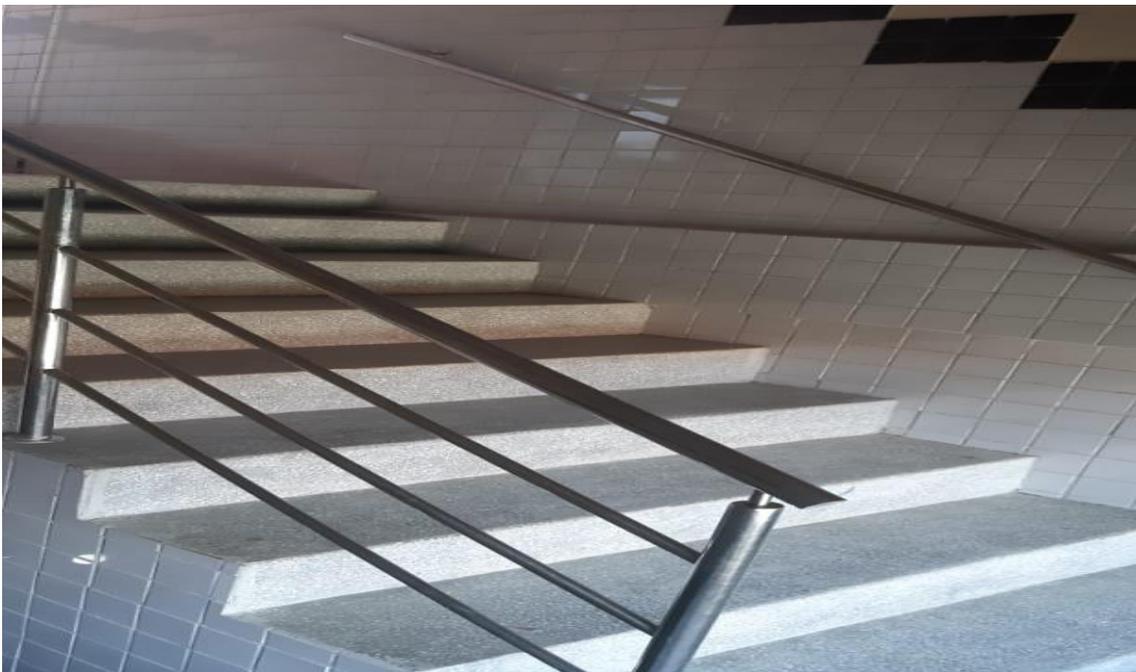


Figura 3: Escada de acesso para salas de aula.
Autoria própria.

Como existem escolas públicas da cidade citada acontecer de fato a acessibilidades para os alunos possuírem autonomia desejada (figura 4). Os alunos transitam com facilidades no locais como:banheiros,rapas de acesso de salas de aulas e outros locais aos cadeirantes, como também cadeiras de rodas para se locomoverem, barras nas escadas etc., algumas escolas do município de Guamaré é condicionada no oferecimento de dar conduções dos alunos irem e virem sozinhos sem precisar de condutores para levarem os mesmos para onde desejam, constatado que as metodologias utilizadas em salas de aulas do ensino regular e do AEE(atendimento educacional especializado)possuíam materiais didáticos e profissionais conscientes e preparados para atuarem diante dessas crianças que necessitam de um olhar diferenciados.

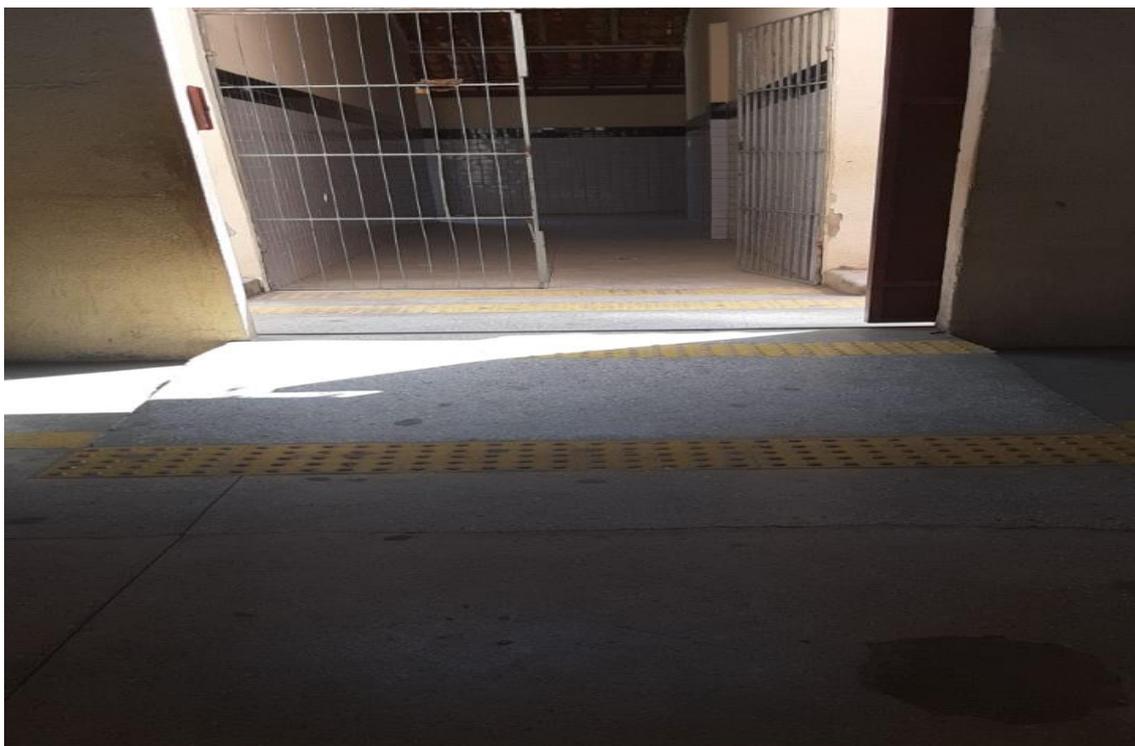


Figura 4: Rampa de acesso.
Autoria própria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações de acessibilidade avançaram-se muito nos últimos anos, em que manifestar-se da humanidade deficiente, cumprindo ações da legislação brasileira que tem uma temática voltadas em oferecer meio de consolidar o acesso de todos portadores de deficiência um conforto e liberdade de para ir e vir no momento que desejar. Com tudo cabe os governantes de modos geral proporcionar essa liberdade, conduzindo nas escolas oportunidades por meio das estruturas físicas das nossas escolas em nossos município, contudo, ainda encontramos escolas não devidamente consolidada em favorecer os educandos possibilidades de acessibilidades , tornando assim um descaso, devido que cada município receber verba destinada para investir na educação , sendo deste modo pode ser utilizada da forma que desejarem ou necessário, oferecendo um ambiente de conforto e no contexto das que seguir as leis em questões da acessibilidade, porém estarão aparados por leis federais .

. Nesse contexto, deve a população exigir do Poder Público à efetivação da igualdade, fazendo-se cumprir essa legislação, devemos cobrar a responsabilidade dos nosso município, que é responsável e o tem dever de promover políticas públicas de desenvolvimento nas escolas seja municipais ou estaduais, que contemplem a universalidade do espaço escolar propício, de forma inclusiva, assegurando dessa forma que as desigualdades sejam superadas e ocorra assim a solidificação da inclusão social dos alunos, com deficiência e com mobilidade reduzida. Assim, quando as escolas estiverem com estruturas adequadas e reformadas com acessibilidade, será de fator espaços consolidados para a inclusão escolar. Com atividades coletivas, assegurando-se o respeito à diversidade, principalmente, as pessoas com alguma deficiência seja regular ou temporária, calcular o quanto à acessibilidade é imprescindível na sociedade de hoje.

Recentemente “a acessibilidade é vista como um meio de possibilitar a participação das pessoas nas atividades cotidianas que ocorrem no espaço construído, com segurança, autonomia e conforto” (MORAES, 2007).

Atualmente a acessibilidade é um termo bastante debatido nas suas diversas extensões dentro dos contextos que venha a propiciar direitos a uma

definida população alvo, destacando um universo populacional com deficiência para que se possa contemplar.

Entende-se que o respeito pelas diferenças, as particularidades de cada um e as ações, venham a trazer oportunidades para todos(as), propiciando tratamento igual para pessoas, valorizando o tratamento diferenciado aos que necessitam para pessoas diferentes. O exemplo social ultimamente protegido pelo segmento das pessoas com deficiência, no Contrato sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência, traz à tona uma visão moderna de que o universo de pessoas é formada por uma diversidade humana bastante complexa, em que possuem suas peculiaridades que as distinguem uns dos outros, com suas próprias necessidades e desejos.

Em nossos anexos mostraremos registros formulados com fotos das escolas do município de Guamaré, onde possuem uma sociedade como um todo há de entender que a sua maneira de se organizar deve atender as exigências que toda pessoa deficiente que fazer parte dela. Tem uma visão de e o dever em preparar para atender a todos-(as), objetivando dessa forma a efetivação dos direitos sociais da diversidade humana. Sabe-se que a conquista de direitos de uma determinada população tem uma história de luta por trás dessas reivindicações portanto torna-se um progresso lento e demorado. É importante trazer esse histórico para se regularizar esses movimentos sociais da nossa sociedade, mostrar também que esses grupos devem criarem uma identidade que poderosa que reivindiquem os seus direitos, fortalecidos, empoderados e unificados buscando visibilidade às suas reivindicações desejadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABNT NBR 9050. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos** – NORMA BRASILEIRA Segunda edição 31.05.2004, válida a partir de 30.06.2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 4.ed. São Paulo: Saraiva, 1990. Decreto nº 5.296, de 2/12/04.

BRASIL. Decreto Legislativo nº 186/2008. Aprova o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de seu Protocolo Facultativo, 2000.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília,DF, 1988.

MORAES, M. C. **Acessibilidade no Brasil**: Análise da NBR 9050. 175f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Centro Tecnológico, Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC. Florianópolis, 2007.

www.processo.fau.ufrj.br/artigos/Acessibilidade%20em%20Escolas%20NUTAU%202006.pdf

https://semanaacademica.org.br/system/files/artigos/artigo_33.pdf

http://diversa.org.br/acessibilidade-na-escola-principios-conceitos-e-exemplos-para-se-inspirar/?gclid=EAlaIQobChMI3NDXy5yU2wIVFQmRCh2u1wvPEAAYAAEgLyM_D_BwE.

<http://www.snripd.pt/default.aspx?IdLang=1-Portugal-2007>.

<http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br/app/publicacoes/tecnologia-assistiva>